

Demonstrações Financeiras

Conglomerado Prudencial - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

30 de junho de 2019

Sumário

Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	5
Relatório do Auditor Independente	6
Balanço Patrimonial	11
Demonstração do Resultado	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa	17
Notas Explicativas	18

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil" ou "Banco") submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

O primeiro semestre de 2019 foi marcado com o início do novo governo e a queda da inflação e das taxas de juros, expansão, ainda que tímida, da concessão de crédito e da atividade produtiva e nas reformas com maior destaque para a reforma da previdência social.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou o semestre de 2019 em 2,23%, abaixo do centro da meta, e a taxa básica de juros (Selic) manteve-se estável em 6,50% a.a. A paridade Real – Dólar apresentou forte volatilidade ao longo de 2019. A mínima cotação no ano foi registrada em janeiro, quando alcançou R\$ 3,6519, enquanto a máxima foi registrada em maio, ao atingir R\$ 4,1056. No término do semestre, o dólar foi cotado a R\$ 3,8322, aumento de 1,1% na comparação com 2018.

De acordo com o BACEN, o saldo das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$ 3,3 trilhões, alta de 1,2% no primeiro semestre e, 5,1% a.a., equivalente a 47,2% do PIB, patamar igual aos últimos meses. Destaque para o crédito ampliado ao setor não financeiro, que cresceu 6,9% em doze meses.

A evolução da carteira de recursos direcionados apresentou queda de 11,8% nas operações com Pessoas Jurídicas, enquanto o saldo das operações com Pessoas Físicas apresentou expansão de 5,7% anual.

Por outro lado, a carteira de Recursos Livres teve crescimento anual de 11,8%, distribuídos em 14,2% para Pessoas Físicas e 9,0% para Pessoas Jurídicas.

O saldo acumulado da balança comercial brasileira no período entre janeiro e junho de 2019 somou US\$ 26,18 bilhões, valor inferior em 12,52% ao superávit registrado em igual período de 2018 (US\$ 29,93 bilhões). O desempenho é decorrente da diminuição de 3,40% das exportações frente à diminuição de 0,04% das importações. No primeiro semestre de 2019 as exportações somaram US\$ 109,95 bilhões (US\$ 113,71 bilhões em 2018), enquanto as importações atingiram US\$ 83,76 bilhões (US\$ 83,78 bilhões em 2018).

No primeiro semestre de 2019, o saldo comercial do Brasil com a China foi superavitário em US\$ 12,45 bilhões. As exportações e as importações do Brasil atingiram, respectivamente, US\$ 30,42 bilhões e US\$ 17,97 bilhões.

Em que pese os efeitos significativos e temporários contidos no semestre, prevaleceu a inflação na meta, a taxa básica de juros estável e em baixo patamar histórico e as reservas cambiais em apreciável montante (US\$ 388,092 bilhões em 30/06/2019, de acordo com o BACEN).

Para o segundo semestre de 2019, há expectativa de crescimento mais acelerado da economia brasileira, tendo em vista que os patamares de inflação e juros encontram-se mais baixos se

comparados à média histórica dos últimos anos, e com tendências de maiores reduções até o fim do ano. Além disto, famílias e empresas vem em processo de desalavancagem, as taxas de inadimplência estão com tendência declinantes, e há espaços para expansão da oferta, com a utilização da capacidade produtiva ociosa, sem exigência de investimento num primeiro momento. O êxito de uma agenda de reformas estruturais tende a impactar positivamente na confiança dos empresários e consumidores, potencializando renda e emprego, um crescimento econômico mais forte e sustentável.

Resultado do Semestre Consolidado

O primeiro semestre de 2019 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do primeiro semestre de 2019, as operações de crédito alcançaram R\$ 8.274,14 milhões, diminuição de 1,35% em doze meses. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 92,9% do total da carteira (91,0% em 2018).

Do lado dos passivos, observamos uma redução de 13,24% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 2.367,24 milhões, retração de 22,30% ante o primeiro semestre do ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 1.592,21 milhões, crescimento de 89,97% na comparação com o ano precedente.

Em 30 de junho de 2019, a Matriz representava 41,41% (48,67% em 2018) da captação total, cerca de R\$ 11.840,66 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados, e vêm apresentando custos vantajosamente comparáveis aos de mercado.

Ao término do primeiro semestre de 2019, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.599,79 milhões e o índice de Basileia era de 18,81%.

O resultado bruto da intermediação financeira nos seis primeiros meses de 2019 alcançou R\$ 153,06 milhões, desempenho favorável ante o resultado obtido em igual período de 2018, R\$ 115,88 milhões.

No primeiro semestre de 2019, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 174,43 milhões, incremento de 13,53% na comparação com igual período de 2018, principalmente em decorrência dos ajustes estruturais efetuados no decorrer do semestre.

O prejuízo líquido do primeiro semestre de 2019 foi de R\$ 98,65 milhões.

Recursos Humanos e Pontos de Atendimento

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2019 com 335 funcionários e nove pontos de atendimento.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 76,257 milhões.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 22 de agosto de 2019).

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 1o. Semestre de 2019

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento à Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto do banco.

O Comitê analisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2019, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 22 de agosto de 2019.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros

***China Construction
Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A. -
Conglomerado Prudencial***

***Demonstrações financeiras consolidadas em
30 de junho de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 22 de agosto de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e consolidação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de agosto de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
ATIVO			
Circulante		6.966.158	6.629.364
Disponibilidades	4a.	109.131	128.456
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.290.148	1.554.791
Aplicações no mercado aberto	4b.	1.055.173	1.529.113
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	55.069	25.678
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	179.906	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		587.493	364.094
Carteira própria	5b.	16.024	197.727
Vinculados a operações compromissadas	5b.	208.743	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.	362.726	166.367
Relações Interfinanceiras		6.833	17.025
Depósitos no Banco Central		5.528	15.285
Operações de Crédito		3.287.932	2.874.460
Operações de crédito		3.428.245	3.021.290
Setor público	7.	-	2.011
Setor privado	7.	3.428.245	3.019.279
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(140.313)	(146.830)
Operações de Arrendamento Mercantil		(3.321)	(7.282)
Arrendamentos a receber - setor privado		14.257	10.259
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(14.257)	(10.259)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	(3.321)	(7.282)
Outros Créditos		1.659.347	1.662.479
Avais e fianças honrados		4.855	25.070
Carteira de câmbio	9.	1.481.747	1.317.449
Rendas a receber		7.436	23.524
Negociação e intermediação de valores		489	5.948
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	91.320	150.874
Diversos	10.	192.156	222.740
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(118.656)	(83.126)
Outros Valores e Bens		28.595	35.341
Despesas antecipadas		28.595	35.341

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
ATIVO			
Realizável a Longo Prazo		14.809.339	15.228.147
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		940	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	940	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		9.263.923	8.955.291
Carteira própria	5b.	2.752.942	3.745.644
Vinculados a operações compromissadas	5b.	6.300.974	4.706.737
Vinculados a prestação de garantias	5b.	174.023	129.999
Instrumentos financeiros derivativos	6.	35.984	372.911
Operações de Crédito		3.330.405	4.021.911
Operações de crédito	7.	3.549.348	4.300.397
Setor privado		3.549.348	4.300.397
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8.	(218.943)	(278.486)
Operações de Arrendamento Mercantil		(5.462)	(6.166)
Arrendamentos a receber - setor privado		23.445	8.688
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(23.445)	(8.688)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8.	(5.462)	(6.166)
Outros Créditos		1.979.378	1.932.868
Rendas a receber		57	1.386
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	25a.	1.066.760	1.008.445
Crédito presumido - Lei 12.838/2013	25b.	380.662	308.653
Diversos	10.	536.187	620.928
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(4.288)	(6.544)
Outros Valores e Bens		240.155	324.243
Outros valores e bens	11.	400.568	448.849
Despesas antecipadas		-	15.173
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(160.413)	(139.779)
Permanente		121.542	132.559
Investimentos		3.100	3.086
Participações em controladas - no país		2.455	2.441
Outros investimentos		1.135	1.135
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	12a.	37.745	47.847
Imóveis de uso		85.629	85.602
Outras imobilizações de uso		31.400	31.654
Depreciações acumuladas		(79.284)	(69.409)
Imobilizado de Arrendamento		67.564	56.926
Bens arrendados		85.596	80.497
Superveniência de depreciação		8.368	19.928
Depreciações acumuladas		(26.400)	(43.499)
Intangível	12b.	13.133	24.700
Ativos intangíveis		127.537	125.690
Amortização acumulada		(114.404)	(100.990)
Total do Ativo		21.897.039	21.990.070

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
PASSIVO			
Circulante		17.768.092	16.031.281
Depósitos	15.	2.376.202	3.262.745
Depósitos à vista		75.828	84.092
Depósitos de poupança		3.111	4.373
Depósitos interfinanceiros		201.459	504.503
Depósitos a prazo		2.095.804	2.669.777
Captações no Mercado Aberto	16a.	6.351.460	4.681.280
Carteira própria		6.351.460	4.681.280
Carteira de terceiros		-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		1.204.302	415.927
Recursos de letras emitidas	16b.	1.204.302	415.927
Letras de crédito imobiliário		37.407	34.017
Letras de crédito de agronegócio		773.280	324.032
Letras financeiras		393.615	57.878
Relações Interfinanceiras		113	517
Recebimentos e pagamentos a liquidar		113	517
Relações Interdependências		25.400	15.242
Recursos em trânsito de terceiros		25.400	15.242
Obrigações por Empréstimos	17.	5.152.945	6.683.405
Empréstimos no exterior		5.152.945	6.683.405
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.	69.521	28.059
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		66.359	18.413
Ministério das Cidades		3.162	9.646
Obrigações por Repasses do Exterior	17.	22.371	77.682
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	2.691	39.586
Instrumentos financeiros derivativos		2.691	39.586
Outras Obrigações		2.563.087	826.838
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		446	3.214
Carteira de câmbio	9.	403.848	353.942
Sociais e estatutárias		19.416	10.704
Fiscais e previdenciárias	19.	401.359	184.013
Negociação e intermediação de valores		2.655	6.942
Dívida subordinada	22a.	1.559.039	16.948
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22b.	17.705	-
Diversas	20.	158.619	251.075
Exigível a Longo Prazo		2.516.826	4.112.274
Depósitos	15.	292.800	410.801
Depósitos interfinanceiros		21.364	33.983
Depósitos a prazo		271.436	376.818
Captações no Mercado Aberto	16a.	131.246	-
Carteira própria		131.246	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		387.905	422.193
Recursos de letras emitidas	16b.	387.905	422.193
Letras de crédito imobiliário		2.733	885
Letras de crédito de agronegócio		50.070	52.423
Letras financeiras		335.102	368.885
Obrigações por Empréstimos	17.	69.580	141.780
Empréstimos no exterior		69.580	141.780
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.	6.484	-
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		6.484	-
Obrigações por Repasses do Exterior	17.	32.704	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	3.595	8.066
Instrumentos financeiros derivativos		3.595	8.066
Outras Obrigações		1.592.512	3.129.434
Fiscais e previdenciárias	19.	3.830	4.982
Dívida subordinada	22a.	-	1.517.294
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	22b.	651.474	673.300
Diversas	20.	937.208	933.858

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Balanços Patrimoniais consolidados em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PASSIVO			
Resultados de Exercícios Futuros	23.	<u>12.328</u>	<u>27.522</u>
Patrimônio Líquido	24.	<u>1.599.793</u>	<u>1.818.993</u>
Capital Social		<u>2.956.864</u>	<u>2.956.864</u>
De domiciliados no país		2.956.864	2.956.864
Reservas de capital		899	899
Ajustes de avaliação patrimonial		103.014	2.239
Prejuízos acumulados		(1.405.879)	(1.085.904)
(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)
Total do Passivo		<u><u>21.897.039</u></u>	<u><u>21.990.070</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Demonstrações consolidadas do resultado

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira		653.047	1.677.997
Operações de crédito	26a.	329.421	962.150
Operações de arrendamento mercantil		2.423	2.384
Resultado de títulos e valores mobiliários	26b.	303.715	486.153
Resultado de câmbio	26d.	17.486	149.453
Resultado de aplicações compulsórias		2	31
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		-	77.826
Despesas da Intermediação Financeira		(499.987)	(1.562.112)
Captação no mercado	26e.	(364.820)	(559.626)
Empréstimos, cessões e repasses	26f.	(76.541)	(1.092.446)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26c.	(19.755)	299.024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(38.871)	(209.064)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		153.060	115.885
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(263.615)	(46.748)
Receitas de prestação de serviços		19.003	23.958
Rendas de tarifas bancárias		435	933
Despesas de pessoal	26i.	(111.587)	(86.454)
Despesas tributárias	26k.	(12.301)	(11.457)
Resultado de participações em controladas		(500)	(746)
Outras despesas administrativas	26j.	(62.842)	(67.194)
Outras receitas operacionais	26g.	60.256	175.082
Outras despesas operacionais	26h.	(156.079)	(80.870)
Resultado Operacional		(110.555)	69.137
Resultado não operacional	26l.	4.732	3.805
Resultado Antes da Tributação		(105.823)	72.942
Imposto de renda	25d.	(10.117)	(39.048)
Contribuição social	25d.	(6.083)	(22.403)
Ativo fiscal diferido	25d.	23.377	19.193
Prejuízo Líquido do Semestre		(98.646)	30.684

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Total
	Capital social	Ações em Tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.956.864	(55.105)	899	2.682	(1.116.588)	1.788.752
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(443)	-	(443)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	30.684	30.684
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>2.956.864</u>	<u>(55.105)</u>	<u>899</u>	<u>2.239</u>	<u>(1.085.904)</u>	<u>1.818.993</u>
Mutações do semestre	-	-	-	(443)	30.684	30.241
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.956.864	(55.105)	899	2.220	(1.307.233)	1.597.645
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	100.794	-	100.794
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(98.646)	(98.646)
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>2.956.864</u>	<u>(55.105)</u>	<u>899</u>	<u>103.014</u>	<u>(1.405.879)</u>	<u>1.599.793</u>
Mutações do semestre	-	-	-	100.794	(98.646)	2.148

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa (método indireto)

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo)/Lucro do período	(98.646)	30.684
Ajustes ao Resultado	69.656	62.264
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.871	209.064
Depreciações e amortizações	6.563	6.990
Provisão outras	(2.647)	(3.103)
Provisão para contingências e fianças prestadas	61.280	34.002
Provisão para empréstimos vinculados (nota 26g)	(14.822)	(137.767)
Crédito tributário	(7.166)	40.172
Resultado de participações em controladas	500	746
(Ganho) na venda de imobilizado	9	(1.290)
(Ganho)/perda na venda bens não de uso	(1.500)	(1.905)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(27.496)	(87.508)
Amortização de ágio de investimento	5.259	5.259
(Superveniência)/insuficiência de depreciação	10.805	(2.396)
Lucro / Prejuízo Ajustado	(28.990)	92.948
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(31)	(9)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	(112.579)	(628.286)
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependências	(5.987)	14.669
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	414.581	(1.645.292)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(353.654)	325.004
Aumento/(redução) em depósitos	(475.080)	497.846
Aumento/(redução) captações no mercado aberto	(546.196)	1.542.464
Aumento/(redução) em recursos de emissão de títulos	346.404	486.575
Aumento/(redução) em outras obrigações	541.814	(708.418)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.096)	(24.720)
Pagamento de juros	(175.885)	(119.082)
Pagamento de contingências	(14.888)	(1.587)
Recebimento de juros	307.903	543.818
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	(3.833)	1.209
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades Operacionais	(108.517)	377.139
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Alienação de bens não de uso	19.430	17.553
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	9.034	18.579
Aquisição de bens não de uso próprio	(8.375)	(41.258)
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(17.043)	(7.161)
Aplicação no intangível	(975)	(1.412)
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades de Investimentos	2.071	(13.699)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Aumento em obrigações p/empréstimos e repasses	7.850.462	8.842.242
Aumento em dívidas subordinadas	49.626	206.263
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	17.282	116.885
Pagamento de empréstimos	(9.309.928)	(8.275.706)
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente nas Atividades de Financiamentos	(1.392.558)	889.684
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.499.004)	1.253.124
Saldo inicial de caixa e equivalentes	2.866.293	337.051
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	27.496	87.508
Saldo final de caixa e equivalentes	1.394.785	1.677.683
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.499.004)	1.253.124

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – Conglomerado Prudencial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial – Semestre findo em 30 de junho de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. – Bicbanco, (“Companhia”, “Instituição”, “Múltiplo”, “CCB Brasil” ou “Banco”) constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

2. APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN, e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de agosto de 2019.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º da Resolução CMN nº 4.280/13, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior e as empresas controladas direta ou indiretamente. Assim, em 30 de junho de 2019 e 2018 o Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A era composto pelo Banco e empresas controladas:

Controladas - conforme Artigo 1º da Resolução nº 4.280/13	% de participação
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16, é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d – Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Arrendamentos a receber e valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é

reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil.

A superveniência/insuficiência de depreciação, constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela circular do BACEN nº 1.429/89, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil. De acordo com a circular, o valor contábil dos contratos é dado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamento a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso e credores por antecipação de valor residual. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de superveniência/insuficiência no permanente e objetivam adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Permanente

g.1) Os investimentos das controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.

g.2) Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da Instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

g.3) Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

g.4) O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.

h) Passivo

h.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

h.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias”, e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, 20% e, a partir de janeiro de 2019 retornou a alíquota de 15%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos estão registrados em “Outros Créditos – Diversos”.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21a). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;

Provisões: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 21);

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

j) Venda ou transferência de ativos financeiros – Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra, e (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer, e (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Disponibilidades

	Junho/19	Junho/18
Caixa	506	469
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	108.625	127.987
Total	<u>109.131</u>	<u>128.456</u>

b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Junho/19	Junho/18
Até 30 dias	1.055.173	1.529.113

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Junho/19	Junho/18
Até 30 dias	52.636	2.062
De 31 a 90 dias	2.433	23.616
Acima de 360 dias	940	-
Total	<u>56.009</u>	<u>25.678</u>

d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Junho/19	Junho/18
Até 30 dias	179.906	-

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	209.568	9.166.881	9.376.449	9.204.760	9.376.449
Carteira própria (*)	825	2.691.884	2.692.709	2.522.364	2.692.709
Letras Financeiras Tesouro	825	878.379	879.204	878.390	879.204
Global Bonds	-	1.813.505	1.813.505	1.643.974	1.813.505
Vinculados a operações compromissadas (*)	208.743	6.300.974	6.509.717	6.508.341	6.509.717
Letras Financeiras Tesouro	208.743	6.300.974	6.509.717	6.508.341	6.509.717
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	174.023	174.023	174.055	174.023
Letras Financeiras Tesouro	-	174.023	174.023	174.055	174.023
Títulos mantidos até o vencimento	15.199	61.058	76.257	76.257	76.233
Carteira própria	15.199	61.058	76.257	76.257	76.233
Debêntures	15.199	-	15.199	15.199	15.175
Cotas - FIDC	-	61.058	61.058	61.058	61.058
Total	224.767	9.227.939	9.452.706	9.281.017	9.452.682

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 160.020 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.575 referente processos judiciais e R\$ 428 referente outras garantias.

Junho/18						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	56.634	141.093	7.112.107	7.309.834	7.306.104	7.309.834
Carteira própria (*)	56.634	141.093	2.275.371	2.473.098	2.471.877	2.473.098
Letras Financeiras Tesouro	-	141.093	2.275.371	2.416.464	2.415.895	2.416.464
Notas do Tesouro Nacional - B	56.634	-	-	56.634	55.982	56.634
Vinculados a operações	-	-				

compromissadas (*)			4.706.737	4.706.737	4.704.207	4.706.737
Letras Financeiras Tesouro	-	-	4.706.737	4.706.737	4.704.207	4.706.737
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	129.999	129.999	130.020	129.999
Letras Financeiras Tesouro	-	-	129.999	129.999	130.020	129.999
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	1.470.273	1.470.273	1.470.273	1.450.723
Carteira própria	-	-	1.470.273	1.470.273	1.470.273	1.450.723
Debêntures	-	-	15.198	15.198	15.198	15.266
Cotas - FIDC	-	-	23.584	23.584	23.584	23.584
Global Bonds	-	-	1.431.491	1.431.491	1.431.491	1.411.873
Total	56.634	141.093	8.582.380	8.780.107	8.776.377	8.760.557

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 116.045 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.552 referente processos judiciais e R\$ 402 referente outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA, Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários

Diante do recente processo de reestruturação dos negócios do Banco onde, dentre outros resultados, espera-se o crescimento dos ativos de crédito, bem como a proximidade do vencimento de dívidas subordinadas, em junho de 2019 o Banco reclassificou títulos mantidos até o vencimento no montante de R\$ 1.813.505 para a categoria disponível para Venda, cuja marcação a mercado decorrente dessa reclassificação foi R\$ 101.718, líquido dos efeitos fiscais, registrado em ajustes de avaliação patrimonial subgrupo do patrimônio líquido.

6. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de Paul Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter hedge. Durante o exercício o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes sempre protegidas por hedge, bem como faz uso de derivativos para fazer hedge de suas exposições a preços e taxas de juros da carteira banking. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado decorrentes dos descasamentos de ativos e passivos do Conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo) e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando

das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação a mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação a mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 28 de junho de 2019 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 30 de junho de 2019), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 30 de junho de 2019 apresentam as seguintes características:

			Valor de referência			
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
<u>Contratos de Swap</u>						
Mercado Interfinanceiro	12.871	5.082	90.246	(770.776)	(24.971)	(705.501)
Moeda Estrangeira	364.315	2.307	(102.589)	762.250	24.971	684.632
Pré	512	-	12.343	8.526		20.869
Subtotal	377.698	7.389	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	20.045	(1.279)	-	-	-	-
Total	397.743	6.110	-	-	-	-
<u>Contratos de Termo/NDF</u>						
Compra de Termo/NDF	1	129	3.622	1.786	-	5.408
Venda de Termo/NDF	966	47	(1.962)	(37.500)	-	(39.462)
Subtotal	967	176	-	-	-	-
Total	398.710	6.286	-	-	-	-
<u>Contratos Futuros (*)</u>						
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	1.858	(179.428)	(601.213)	(1.131.890)	(1.912.531)
Compra – DDI – Cupom Cambial	330	8	359.400	376.912	-	736.312
Compra – Moeda Estrangeira	151	1	10.582	-	-	10.582
Venda – Moeda Estrangeira	8	774	-	(1.700.938)	-	(1.700.938)
Total	489	2.641	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 30 de junho de 2018 apresentam as seguintes características:

			Valor de referência			
			Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)			
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
<u>Contratos de Swap</u>						
Mercado Interfinanceiro	524	516	(88.202)	(458.272)	(244.316)	(790.790)
Moeda Estrangeira	544.105	40.232	88.202	458.272	244.316	790.790
Subtotal	544.629	40.748	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.570)	652	-	-	-	-
Total	539.059	41.400	-	-	-	-
<u>Contratos de Termo/NDF</u>						

Compra de Termo/NDF	219	-	1.618	-	-	1.618
Venda de Termo/NDF	-	6.252	(39.137)	(51.222)	-	(90.359)
Subtotal	219	6.252	-	-	-	-
Total	539.278	47.652	-	-	-	-
Contratos Futuros (*)						
Venda – Mercado Interfinanceiro	3	1.758	(47.833)	(866.918)	(1.572.220)	(2.486.971)
Compra – DDI – Cupom Cambial	5.671	-	198.633	1.203.865	-	1.402.498
Venda – DDI – Cupom Cambial	-	1	(77.097)	-	-	(77.097)
Compra – Moeda Estrangeira	274	2	136.315	-	-	136.315
Venda – Moeda Estrangeira	-	5.153	(1.392.449)	-	-	(1.392.449)
Total	5.948	6.914	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

		Junho/19		Junho/18	
Título	Vencimento	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/09/2020	160.020	160.020	116.045	116.045

g) Hedge accounting

g.1) Captação no exterior

A partir do exercício de 2015, com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil passou a contratar operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de valor justo.

g.2) Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detem portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Junho/19	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefitividade	Valor Nominal	Variação no Vr reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Hedge de Operações de Credito	1.594.358		1.707.108		10.501	1.753.345	102.248
Hedge de Captações CCB		1.181.715		1.185.731	(134)	1.186.045	4.151
Total	1.594.358	1.181.715	1.707.108	1.185.731	10.368	2.939.389	106.399

Junho/18	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge		
	Valor Curva		Valor Justo		Valor da Inefitividade	Valor Nominal	Variação no Vr reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos			
Hedge de Operações de Credito	2.094.132		2.146.612		2.971	2.329.796	49.509
Hedge de Captações CCB		1.839.367		1.841.249	761	1.844.707	1.122
Total	2.094.132	1.839.367	2.146.612	1.841.249	3.732	4.174.503	50.630

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Junho/19	Junho/18
Capital de giro e descontos	2.690.510	3.222.875
Crédito pessoal consignado	2.126.314	1.870.008
Financiamentos à exportação	1.506.800	1.390.306
Financiamentos rurais e agroindustriais	325.580	275.256
Financiamentos à importação	118.423	194.811
Financiamentos de veículos	96.306	196.704
Outros	113.660	171.727
Operações de crédito	6.977.593	7.321.687
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.080.348	856.588
Títulos e créditos a receber (nota 10)	90.913	89.592
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	69.454	71.429
Fianças honradas	4.855	25.070
Outros créditos	1.245.570	1.042.679
Operações de arrendamento mercantil	50.977	23.203
Total	8.274.140	8.387.569

(*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

b) Diversificação por setor de atividade

	Junho/19	Junho/18
Setor Público	-	2.011
Setor Privado	5.994.560	6.248.538
Outros serviços	2.448.494	3.125.452
Indústria	2.239.176	2.191.804
Comércio	1.181.194	853.848
Agronegócio	125.696	77.434
Pessoas físicas	2.279.580	2.137.020
Total	<u>8.274.140</u>	<u>8.387.569</u>

c) Diversificação por prazos – por parcela

	Junho/19	%	Junho/18	%
Setor Público	-	-	2.011	0,02
Até 03 meses	-	-	1.011	0,01
De 03 meses até 01 ano	-	-	1.000	0,01
Setor Privado	8.274.140	100,00	8.385.558	99,98
Até 03 meses	1.840.050	22,24	1.540.156	18,36
De 03 meses até 01 ano	2.761.217	33,37	2.375.595	28,33
Acima de 01 ano	3.585.807	43,34	4.358.402	51,96
Vencidos a partir de 15 dias	87.066	1,05	111.405	1,33
Total	<u>8.274.140</u>	<u>100,00</u>	<u>8.387.569</u>	<u>100,00</u>

d) Composição da carteira por níveis de risco

	Junho/19			Junho/18		
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	2.311.817	-	27,94	2.391.632	-	28,51
A	3.924.064	19.620	47,42	3.551.779	17.758	42,35
B	1.294.606	12.946	15,65	1.481.610	14.816	17,67
C	156.274	4.688	1,89	208.220	6.247	2,48
D	44.405	4.440	0,54	95.002	9.500	1,13
E	43.638	13.091	0,53	173.493	52.048	2,07
F	90.148	45.074	1,08	55.747	27.874	0,66
G	60.215	42.151	0,73	99.650	69.755	1,19
H	348.973	348.973	4,22	330.436	330.436	3,94
Total	<u>8.274.140</u>	<u>490.983</u>	<u>100,00</u>	<u>8.387.569</u>	<u>528.434</u>	<u>100,00</u>

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total

e) Níveis de concentração de risco

	Junho/19		Junho/18	
	R\$	%	R\$	%
10 Maiores devedores	2.098.452	28,07	2.267.327	27,03
100 Maiores devedores	5.449.362	65,86	5.618.454	66,97

f) Cessão de crédito

f.1) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No semestre findo em 30 de junho de 2019 não foram realizadas cessões de operações de crédito, com transferência substancial dos riscos e benefícios, a pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional. No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram cedidas operações já baixadas para prejuízo, resultado no reconhecimento de receita no valor de R\$ 3.862.

f.2) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No semestre findo em 30 de junho de 2019 não houve cessão de crédito às empresas securitizadoras de crédito não ligadas. No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, resultando no reconhecimento de despesa no valor de R\$ 19.730, além de operações de crédito já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 93.694, estas cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

g) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Junho/19	Junho/18
Arrendamento a receber	37.702	18.947
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(37.702)	(18.946)
Bens arrendados	81.656	71.031
Superveniência de depreciação	8.368	19.928
Depreciação de bens arrendados	(26.400)	(39.717)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	3.940	5.684
Valor residual antecipado	(16.587)	(33.724)
Total carteira de arrendamento mercantil	50.977	23.203

8. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Movimentação da provisão

	Junho/19	Junho/18
Saldo inicial - Dezembro	<u>539.934</u>	<u>494.860</u>
Constituição de provisão para créditos do período	66.906	253.489
Reversão de provisão para créditos do período	(28.035)	(13.128)
Reversão de provisão sobre créditos cedidos	-	(31.297)
Subtotal	<u>578.805</u>	<u>703.924</u>
Baixas para prejuízo	(87.822)	(175.490)
Saldo final - Junho	<u>490.983</u>	<u>528.434</u>
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	14.319	57.174
Créditos renegociados	555.846	-
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	5,93	6,30

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Junho/19	Junho/18
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.293.321	1.122.096
Direitos sobre vendas de câmbio	166.529	179.675
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(1.497)	(1.665)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	23.394	17.343
Total	<u>1.481.747</u>	<u>1.317.449</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	241.735	180.183
Obrigações por compras de câmbio	1.219.067	1.013.004
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.056.954)	(839.245)
Total	<u>403.848</u>	<u>353.942</u>

10. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Junho/19	Junho/18
Devedores por depósitos em garantia (nota 22d)	445.132	523.802
Títulos e créditos a receber (*)	103.815	114.933
Devedores por compra de bens a prazo (nota 7a)	69.454	71.429
Tributos a compensar e recuperar	55.034	47.495
Pagamentos a ressarcir	29.772	49.489
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Banco Central	571	4.847
Adiantamentos e antecipações salariais	3.381	3.569
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	44	868
Devedores diversos – país	21.140	27.236
Total	<u>728.343</u>	<u>843.668</u>

(*) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante de R\$ 90.913 (Junho/18 – R\$ 89.592) conforme nota 7a. Contempla também valores a receber de R\$ - (Junho/18 – R\$ 14.426) de precatórios do Governo Federal e R\$ 8.905 (Junho/18 – R\$ 6.261) a receber dos órgãos públicos referentes repasse de crédito consignado, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

11. OUTROS VALORES E BENS

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Junho/19	Junho/18
Imóveis	361.124	407.141
Máquinas e equipamentos	27.122	27.182
Veículos e afins	11.522	13.724
Material em estoque	57	60
Outros	743	742
Subtotal	400.568	448.849
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(160.413)	(139.779)
Total	240.155	309.070

12. ATIVO PERMANENTE

a) Imobilizado de uso

	Custo		Provisão para perda		Depreciação Acumulada		Valor líquido	
	Jun/19	Jun/18	Jun/19	Jun/18	Jun/19	Jun/18	Jun/19	Jun/18
Terrenos	107	107	-	-	-	-	107	107
Edificações	88.473	88.425	-	(27)	(55.610)	(46.797)	32.863	41.601
Máquinas e equipamentos de uso	15.169	15.294	(1.132)	(1.010)	(10.549)	(9.772)	3.488	4.512
Sistema de processamento de dados	10.176	10.111	(15)	(15)	(9.821)	(9.755)	340	341
Sistema de transporte	842	994	-	-	(836)	(868)	6	126
Sistema de comunicação	2.326	2.302	(326)	(334)	(1.396)	(1.264)	604	704
Sistema de segurança	1.456	1.456	(47)	(47)	(1.072)	(953)	337	456
Total	118.549	118.689	(1.520)	(1.433)	(79.284)	(69.409)	37.745	47.847

b) Ativos intangíveis

b.1) Classe dos ativos intangíveis – Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas de amortização %	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Softwares	20	22.347	20.500	(18.857)	(15.961)	3.490	4.539
Ágio (*)	10	105.190	105.190	(95.547)	(85.029)	9.643	20.161
Total		127.537	125.690	(114.404)	(100.990)	13.133	24.700

b.2) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/18	Adições/ Baixas	Amortização	Junho/19
Softwares	3.992	975	(1.477)	3.490
Ágio (*)	14.902	-	(5.259)	9.643
Total	<u>18.894</u>	<u>975</u>	<u>(6.737)</u>	<u>13.133</u>

	Dezembro/17	Adições/ Baixas	Amortização	Junho/18
Softwares	4.892	1.412	(1.766)	4.538
Ágio (*)	25.421	-	(5.259)	20.162
Total	<u>30.313</u>	<u>1.412</u>	<u>(7.025)</u>	<u>24.700</u>

(*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, amortizado de forma linear pelo mesmo período.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam patrimônio líquido de R\$ 732.109 (Junho/18 – R\$ 438.154) e ativos totais de R\$ 5.383.354 (Junho/18 – R\$ 5.419.531).

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.117	6.470	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	1.117	6.470	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos	61.058	23.584	1.850	748
FIDC Brasilfactors (b)	61.058	23.584	1.850	748
Outras obrigações – Rendias a Receber	-	20	-	24
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	20	-	24
Depósitos à vista	(341)	(545)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(1)	(3)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(188)	(2)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	-	-	-
Brasilfactors S.A. (f)	(1)	(2)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(90)	(67)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(60)	(471)	-	-

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	Junho/19	Junho/18	Junho/19	Junho/18
Depósitos a prazo	(209.296)	(178.268)	(5.531)	(5.451)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(740)	(731)	(22)	(23)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(2.072)	(11.252)	(150)	(347)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	-	-	(52)
Brasilfactors S.A. (f)	(418)	(113)	(9)	(16)
FIDC Brasilfactors (b)	(13.703)	(4.373)	(187)	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(192.051)	(161.332)	(5.178)	(5.006)
Pessoal-chave da Administração (c)	(312)	(467)	(10)	(7)
Operações compromissadas	(7.689)	-	(672)	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(7.689)	-	(672)	-
LCA	(1.819)	(8.538)	(53)	(154)
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.819)	(8.538)	(53)	(154)
LCI	(2.262)	(277)	(38)	(7)
Pessoal-chave da Administração (c)	(2.262)	(277)	(38)	(7)
NDF	171	1.152	300	1.438
Brasilfactors S.A. (f)	171	1.152	300	1.438
Obrigações por empréstimos	(4.234.127)	(5.969.308)	(82.060)	(397.310)
China Construction Bank Corporation (d)	(4.234.127)	(5.969.308)	(82.060)	(397.310)

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Junho/18 – 96%) e possuem vencimento final em até 06 meses (Junho/18 – até 02 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 95,7% do CDI (Junho/18 – 96%) e possuem vencimento final em até 05 meses (Junho/18 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 99,78% do CDI (Junho/18 – 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Junho/18 – em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,33% a.a. (Junho/18 – 3,05% a.a.) e variação cambial, com vencimento final em até 08 anos (Junho/18 – em até 08 anos).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o exercício de 2018 e primeiro semestre de 2019, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	Junho/19	Junho/18
Remuneração fixa	7.780	6.919
Outros	603	646
Total	8.383	7.565

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

15. DEPÓSITOS

Distribuição por prazos de vencimento

Junho/19					
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	75.828	-	-	3.111	78.939
Até 03 meses	-	193.327	128.415	-	321.742
De 03 meses a 01 ano	-	1.165.977	73.044	-	1.239.021
De 01 a 03 anos	-	1.007.936	21.364	-	1.029.300
Total	75.828	2.367.240	222.823	3.111	2.669.002

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 736.500, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

Junho/18					
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	84.092	-	-	4.373	88.465
Até 03 meses	-	453.783	433.028	-	886.811
De 03 meses a 01 ano	-	1.327.604	71.475	-	1.399.079
De 01 a 03 anos	-	1.265.208	-	-	1.265.208
De 03 a 05 anos	-	-	33.983	-	33.983
Total	84.092	3.046.595	538.486	4.373	3.673.546

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 888.390, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE LETRAS EMITIDAS

a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação de julho de 2019 até agosto de 2022 (Junho/18 - 02 de julho de 2018 e 12 de junho de 2019), lastreados por LFT com vencimento até setembro de 2022 (Junho/18 - até setembro de 2022).

b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, Letras Financeiras – LF e Letras de Crédito Imobiliário – LCI, assim distribuídos:

	Junho/19			Junho/18		
Vencimento	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	8.748	282.162	13.842	15.453	96.018	-
De 03 meses a 01 ano	28.659	491.118	379.773	18.564	228.014	57.878
De 01 a 03 anos	2.733	50.070	335.102	885	52.423	368.885
Total	40.140	823.350	728.717	34.902	376.455	426.763

17. EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,31% a.a. (Junho/18 – 3,0% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Junho/19		Junho/18	
Vencimento	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	2.357.342	44,67	3.369.466	48,82
De 03 meses a 01 ano	2.817.974	53,39	3.336.710	48,34
De 01 a 03 anos	60.446	1,15	107.149	1,55
De 03 a 05 anos	27.486	0,52	63.670	0,92
Acima de 05 anos	14.352	0,27	25.872	0,37
Total	5.277.600	100,00	6.902.867	100,00

Em Junho/18 as operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas (“covenants”), são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do “waiver” obtido em datas anteriores.

O Banco possui operações de empréstimos efetuados junto a sua matriz na China no valor total de R\$ 4.234.127 (Junho/18 – R\$ 5.969.308), com vencimento final em até 8 anos, renováveis automaticamente, de acordo com a necessidade de liquidez do Conglomerado CCB Brasil.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

I - vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;

II - subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;

III - remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;

IV - compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;

V - prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;

VI - postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e

VII - não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a Administração retificou o saldo do grupo “Empréstimos no Exterior” pelo montante de R\$ 413.412 (Junho/18 – R\$ 290.011), sendo R\$ 14.822 (Junho/18 – R\$ 137.767) em contrapartida ao resultado do período, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

Em 30 de junho de 2019 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 477.928 (Junho/18 – R\$ 621.195), e o saldo das operações ativas é de R\$ 453.787 (Junho/18 – R\$ 587.711), sendo que R\$ 224.652 (Junho/18 – R\$ 233.493), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

18. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até junho de 2021 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Junho/19	Junho/18
Provisão para imposto de renda diferido (nota 26c)	392.288	172.812
Impostos e contribuições a recolher	9.357	9.608
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	3.544	6.575
Total	405.189	188.995

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	Junho/19	Junho/18
Provisão para passivos classificados como perda provável (*)	940.263	917.281
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 28)	55.095	157.191
Credores diversos – país	54.739	39.662
Credores por antecipação de valores residuais	16.587	33.724
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	2.068	6.970
Valores a pagar a sociedades ligadas	115	134
Provisão para pagamentos a efetuar	26.960	29.971
Total	1.095.827	1.184.933

(*) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 21).

21. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

CSLL x Isonomia – valor envolvido R\$ - (Junho/18 – R\$ 152.004): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. Em virtude de decisão transitada em julgado desfavorável ao Banco, os valores depositados foram convertidos em renda da União, dando origem aos ajustes contábeis relativos as baixas da provisão passiva contingente e dos valores registrados no ativo depósitos em garantia.

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 548.779 (Junho/18 – R\$ 530.487): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 30.779 (Junho/18 – R\$ 29.447).

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 87.161 (Junho/18 – R\$ 84.263): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 96.990 (Junho/18 – R\$ 92.514).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 18.611 (Junho/18 – R\$ 17.931): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44º da Lei nº 4.506/64, no art.12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.309 (Junho/18 – R\$ 1.238): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Processos trabalhistas

O Consolidado possui 227 (Junho/18 – 197) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 63.008 (Junho/18 –

R\$ 55.827). No Consolidado existem 119 (Junho/18 – 199) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 6.938 (Junho/18 – R\$ 11.359), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 6.536 (Junho/18 – R\$ 8.617). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Consolidado possui 2.996 (Junho/18 – 2.899) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 221.394 (Junho/18 – R\$ 75.531). O Consolidado possui 397 (Junho/18 – 451) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 424.196 (Junho/18 – R\$ 471.410), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 241.580 (Junho/18 – R\$ 273.567). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 21.718 (Junho/18 – R\$ 20.524): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 94 – valor envolvido R\$ 25.954 (Junho/18 – R\$ 25.084): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 121.960 (Junho/18 – R\$ 107.949): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 90.252 (Junho/18 – R\$ 88.214): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	Dezembro/18	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/19
Cíveis (*)	168.119	66.897	(2.390)	4.687	(15.918)	221.395
Trabalhistas	58.884	-	(251)	4.379	(4)	63.008
Subtotal	227.003	66.897	(2.641)	9.066	(15.922)	284.403
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/18	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/19
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	-	-	-	-	-	-
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96	18.275	-	-	336	-	18.611
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	85.731	-	-	1.430	-	87.161
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	539.751	-	-	9.027	-	548.778
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.272	-	-	38	-	1.310
Subtotal	645.029	-	-	10.831	-	655.860
Total	<u>872.032</u>	<u>66.897</u>	<u>(2.641)</u>	<u>19.897</u>	<u>(15.922)</u>	<u>940.263</u>

(*) Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 29).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos), o montante de R\$ 120.135 – processos Cíveis, R\$ 26.923 – processos Trabalhistas e R\$ 298.074 – processos Fiscais.

Descrição	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/18
Cíveis	71.006	6.954	(1.425)	-	(1.004)	75.531
Trabalhistas	45.608	10.222	(3)	-	-	55.827
Subtotal	116.614	17.176	(1.428)	-	(1.004)	131.358
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/17	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	Junho/18
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	149.299	-	-	2.705	-	152.004
PIS – Receita Bruta Operacional – EC nº 10/96 e EC 17/97	17.583	-	-	348	-	17.931
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	82.782	-	-	1.481	-	84.263
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	521.134	-	-	9.353	-	530.487
ISS – Serviços Não Tributados – LC nº 56/87	1.199	-	-	39	-	1.238
Subtotal	771.997	-	-	13.926	-	785.923
Total	<u>888.611</u>	<u>17.176</u>	<u>(1.428)</u>	<u>13.926</u>	<u>(1.004)</u>	<u>917.281</u>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 115.266 – processos Cíveis, R\$ 25.294 – processos Trabalhistas e R\$ 383.171 – processos Fiscais.

22. CAPTAÇÕES E EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

a) Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/19	Junho/18
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	503.927	473.927
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.055.112	1.060.315
Total - Nível II PR						<u>1.559.039</u>	<u>1.534.242</u>

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Junho/19	Junho/18
EMTN – ITB Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	390.195	392.598
EMTN – ITB Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	278.984	280.702
Total PR						<u>669.179</u>	<u>673.300</u>

23. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Junho/18 – R\$ 2.956.864) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Junho/18 – 465.631.466), sendo 297.223.908 ordinárias (Junho/18 – 297.223.908) e 168.407.558 preferenciais (Junho/18 – 168.407.558), sem valor nominal.

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

b) Ações em tesouraria

Até 30 de junho de 2019 foram adquiridas 6.879.540 ações preferencias no montante de R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2019 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (Junho/18 – R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas – o prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2018, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Dezembro/18	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Junho/19
Descrição					
Imposto de Renda					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	181.872	(18.523)	22.897	-	186.246
Provisão para desvalorização de bens não de uso	40.872	(1.823)	1.162	-	40.211
Provisão para contingências e outras	267.692	(33.768)	44.220	-	278.144
Subtotal	490.436	(54.114)	68.279	-	504.601
Prejuízo fiscal	217.011	(2.554)	5.831	-	220.288
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	707.447	(56.668)	74.110	-	724.889
Contribuição Social					
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	109.123	(11.580)	15.643	(1.436)	111.750
Provisão para desvalorização de bens não de uso	24.524	(1.458)	927	133	24.126
Provisão para contingências e outras	160.616	(26.950)	62.195	(28.976)	166.885
Subtotal	294.263	(39.988)	78.765	(30.279)	302.761
Base negativa da CSLL acumulada	132.993	(6.061)	3.498	-	130.430
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	427.256	(46.049)	82.263	(30.279)	433.191
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.134.703	(102.717)	156.373	(30.279)	1.158.080

	Dezembro/17	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa	Junho/18
Descrição						

Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	118.577	(25.029)	60.481	-	-	154.029
Provisão para desvalorização de bens não de uso	34.065	(1.289)	548	-	-	33.324
Provisão para contingências e outras	247.639	(22.791)	21.138	-	-	245.986
Subtotal	400.281	(49.109)	82.167	-	-	433.339
Prejuízo fiscal	295.316	(1.741)	-	-	(14.037)	279.538
Subtotal – Crédito Tributário IRPJ	695.597	(50.850)	82.167		(14.037)	712.877
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	78.728	(20.621)	46.646	(10.406)	-	94.347
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.921	(1.057)	439	146	-	20.449
Provisão para contingências e outras	157.293	(18.839)	34.169	(15.328)	-	157.295
Subtotal	256.942	(40.517)	81.254	(25.588)	-	272.091
Base negativa da CSLL acumulada	187.587	(1.994)	-	-	(11.242)	174.351
Subtotal – Crédito Tributário CSLL	444.529	(42.511)	81.254	(25.588)	(11.242)	446.442
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.140.126	(93.361)	163.421	(25.588)	(25.279)	1.159.319

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Realização dos Créditos Tributários												Junho/19	Junho/18
Ano Projetado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total	Total
Valor Projetado	50.912	116.456	133.518	107.454	156.682	64.199	49.755	57.115	61.660	61.366	298.963	1.158.080	1.159.319
Valor Presente (*)	49.334	105.959	114.068	86.199	118.017	45.405	33.042	35.614	36.102	33.737	154.329	811.806	808.352
% Realização	4,4%	10,1%	11,5%	9,3%	13,5%	5,5%	4,3%	4,9%	5,4%	5,3%	25,8%	100,0%	

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Consoante a Resolução CMN nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Desta forma, a exemplo do primeiro semestre de 2017, onde o Banco já apresentava histórico de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, a Administração apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do

BACEN, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2018, para os quais o Banco possui a expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 703.862 (Junho/19 – R\$ 548.767) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o primeiro semestre de 2019 o Banco recuperou R\$ 262 (Junho/18 – R\$ 61.619), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 105 (Junho/18 - R\$ 24.648), foram registrados em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito Presumido Constituído	2014	2015	2016	Junho/19
	78.983	107.450	194.229	380.662

c) Passivo fiscal diferido

	Junho/19	Junho/18
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	165.365	116.004
Passivo diferido constituído	72.786	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	28.237	22.496
<i>Hedge Accounting</i>	16.266	20.992
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	107.542	8.338
Superveniência de depreciação	2.092	4.982
Total	<u>392.288</u>	<u>172.812</u>

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Junho/19		Junho/18	
Apuração	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(105.823)	(105.823)	72.942	72.942
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	(6.000)	(6.000)	(9.168)	(9.168)
(+) Juros sobre o capital próprio recebidos	6.000	6.000	-	-
Base de cálculo	(105.823)	(105.823)	63.774	63.774
Adições temporárias	259.964	259.964	328.984	328.984
Adições permanentes	80.107	80.107	60.468	60.468
Exclusões	(376.531)	(376.531)	(517.993)	(517.993)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(142.283)	(142.283)	(64.767)	(64.767)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	115.975	134.841	85.408	83.439
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	-	-	(6.192)	(6.192)
(Prejuízo)/Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	(26.308)	(7.442)	14.449	12.480
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL em 2019, e Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL em 2018	1.972	350	(326)	982
Adicional de 10% de IR	1.292	-	1.433	-
Impostos correntes	3.264	350	1.107	982
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	3.264	350	1.107	982
Imposto de Renda e CSLL Diferido	6.853	5.733	37.941	21.421
(=) Provisão IR e CSLL	10.117	6.083	39.048	22.403
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(68.279)	(48.486)	(78.750)	(53.839)
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL). Resol. nº 3.059/02	(5.831)	(3.498)	10.603	9.400
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	56.945	41.686	49.127	40.531
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	2.554	1.532	1.741	1.994
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(14.611)	(8.766)	(17.279)	(1.914)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.494)	(2.683)	21.769	20.489

26. COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO

a) Resultado de operações de crédito

	Junho/19	Junho/18
Crédito pessoal consignado	225.685	201.161
Capital de giro e descontos	16.983	406.155
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	14.319	57.174
Financiamentos à exportação	41.225	183.438
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	12.298	27.705
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.790	4.350
Financiamentos à importação	111	22.745
FUNCAFÉ	2.233	1.364
Contas garantidas	-	444

Outros empréstimos e financiamentos	7.777	57.614
Total	<u>329.421</u>	<u>962.150</u>

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Junho/19	Junho/18
Rendas de aplicações compromissadas	170.481	114.485
Resultado de títulos renda fixa	58.606	348.604
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	35.200	10.995
Outras operações com títulos e valores mobiliários	39.428	12.069
Total	<u>303.715</u>	<u>486.153</u>

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Junho/19	Junho/18
<i>Swap</i>	(9.326)	298.726
Mercado futuro – dólar	32.442	9.945
Termo de moedas	1.397	(7.234)
Mercado futuro – DI	(44.268)	(2.413)
Total	<u>(19.755)</u>	<u>299.024</u>

d) Resultado de câmbio

	Junho/19	Junho/18
Rendas de operações de câmbio	473.295	566.296
Despesas de operações de câmbio	(455.809)	(416.843)
Total	<u>17.486</u>	<u>149.453</u>

e) Despesas de captação no mercado

	Junho/19	Junho/18
Operações compromissadas	169.459	111.384
Depósitos a prazo	88.525	103.128
Títulos e valores mobiliários no exterior	61.840	315.155
Depósitos interfinanceiros	4.113	12.111
Despesas de letras financeiras – LF	18.882	8.204
Despesas de letras do agronegócio - LCA	18.927	6.372
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	1.196	915
Depósitos de poupança	-	186
Outras	1.878	2.171
Total	<u>364.820</u>	<u>559.626</u>

f) Despesas com empréstimos, cessões e repasses

	Junho/19	Junho/18
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	69.444	1.082.050
Marcação a mercado - item objeto de <i>hedge</i>	2.461	9.467
Repastes FUNCAFÉ/BNDES	4.636	929
Total	<u>76.541</u>	<u>1.092.446</u>

g) Outras receitas operacionais

	Junho/19	Junho/18
Reversão de provisão empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	14.822	137.767
Recuperação de encargos e despesas	17.888	14.937
Atualização de depósito em garantia	9.387	12.684
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	3.255	2.610
Reversão de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.642	-
Reversão de provisão para fiança	7.983	-
Outras rendas operacionais	4.279	7.084
Total	<u>60.256</u>	<u>175.082</u>

h) Outras despesas operacionais

	Junho/19	Junho/18
Constituição de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	86.793	29.674
Comissões crédito consignado	33.077	29.394
Constituição de provisões para fiança	-	4.328
Taxa de processamento de crédito consignado	6.274	3.583
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	14.428	572
IOF sobre operações de câmbio próprias	287	271
Despesas de atualização de impostos	1	226
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	977	875
Outras despesas	14.242	11.947
Total	<u>156.079</u>	<u>80.870</u>

i) Despesas de pessoal

	Junho/19	Junho/18
Salários	69.713	53.471
Encargos sociais	23.909	15.801
Benefícios	9.825	9.890
Honorários da diretoria	7.780	6.919
Outros	360	373
Total	<u>111.587</u>	<u>86.454</u>

j) Outras despesas administrativas

	Junho/19	Junho/18
Despesas de serviços de terceiros	18.269	18.116
Despesas de amortização e depreciação	11.823	12.249
Despesas de processamento de dados	9.033	7.647
Despesas de aluguéis e taxas	6.860	8.066
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.342	4.612
Despesas de manutenção e conservação	2.073	2.227
Despesas de transportes e viagens	1.440	1.803
Despesas de promoções e relações públicas	497	288
Despesas de comunicações	730	832
Despesas de propaganda e publicidade	243	360
Outras despesas	8.532	10.994
Total	<u>62.842</u>	<u>67.194</u>

k) Despesas tributárias

	Junho/19	Junho/18
Despesas de contribuição à COFINS	7.881	6.496
Tributos federais, estaduais e municipais	2.009	2.658
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	1.128	1.246
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	1.283	1.057
Total	<u>12.301</u>	<u>11.457</u>

l) Resultado não operacional

Refere-se a resultados obtidos na venda de bens próprios, BNDU e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	Junho/19	Junho/18
Resultado na alienação de bens	1.797	3.195
Reversão de provisão para ajuste do valor de realização de bens	2.647	3.103
Despesas com BNDU	-	(2.903)
Outros	288	410
Total	<u>4.732</u>	<u>3.805</u>

27. ACORDO DA BASILEIA

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 8,0% mais o adicional de capital principal de 2,50% (totalizando 10,50%) válidos para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

	Basileia III	
Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Junho/19	Junho/18
Patrimônio de Referência Nível I	1.514.894	1.540.504
- Capital Principal	1.235.910	1.259.802
- Bônus Perpétuo	278.984	280.702
Patrimônio de Referência Nível II	390.195	688.433
- Dívida Subordinada	390.195	688.433
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.905.089	2.228.937
Risco de Crédito	632.629	692.392
Risco de Mercado	86.596	82.334
Risco Operacional	91.166	71.488
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	810.391	846.214
Índice de Basileia (%)	18,81	22,72
Índice de Capitalização Nível I	14,95	15,70
Índice de Capitalização Nível II	3,86	7,02

28. AVAIS E FIANÇAS PRESTADAS

- a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.517.263 (Junho/18 - R\$ 1.369.318) e apresentam a seguinte concentração:

	Junho/19	%	Junho/18	%
Maior tomador de fiança	219.652	14,48	207.594	15,16
10 Maiores fianças	926.428	61,06	741.439	54,15
20 Maiores fianças	1.174.884	77,43	966.869	70,61
50 Maiores fianças	1.448.768	95,49	1.242.802	90,76

No período findo em 30 de junho de 2019, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 55.095 (Junho/18 – R\$ 157.191), registrada na rubrica “Outras obrigações diversas” (nota 21). Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 22d).

As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 4.855 (Junho/18 – R\$ 25.070) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 7a).

29. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CNM nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a

automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o *CRO – Chief Risk Officer* como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades, testes de estresse, o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações), *EVE- Economic Value of Equity* e *NII – Net Interest Income*.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

O CCB Brasil apresenta em seu em seu Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 7.179.353 (Junho/18 – R\$ 6.982.108), que mesmo classificados no ativo realizável a longo prazo representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 4.234.127 (Junho/18 – R\$ 5.348.113), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

Junho/19			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	6.966.158	7.179.353	14.145.511
Passivo Circulante	(17.768.092)	4.234.127	(13.533.965)
Saldo Líquido	(10.801.934)	2.945.226	611.546

Junho/18			
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	6.629.364	6.982.108	13.611.472
Passivo Circulante	(16.031.281)	5.348.113	(10.683.168)
Saldo Líquido	(9.401.917)	1.633.995	2.928.304

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Junho/19	Junho/18
Aplicações no mercado aberto	1.055.173	1.529.113
Disponibilidades	109.131	128.456
Aplicações em moedas estrangeiras	179.906	-
Depósitos interfinanceiros	50.575	20.114
Total	1.394.785	1.677.683

Conselho de Administração

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Qiuyue Fang Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

Diretoria

Diretores Presidente/Vice:	Liping Shang (Diretor Presidente) Yongdong Jiang (Diretor Vice-Presidente) Zhiqiang Zhu (Vice-Presidente)
Diretores:	Carlos José Roque Claudio Augusto Rotolo

Comitê de Auditoria

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid